

ENTRE A VILA DE IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS: AS INFLUÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Eliana Laurentino
UERJ-FFP /FAPERJ
eliana2silva@yahoo.com.br

- Primeiras Considerações:

Muitos trabalhos realizados sobre diferentes temas da Baixada Fluminense¹ reconhecem as primeiras produções sobre Iguaçú como referências de pesquisas. A recepção dessas obras, seja de forma crítica, seja como reflexos nas novas escritas, evidenciam os usos do passado e os significados que os atores atribuem aos agentes de produção e aos espaços ocupados pelos primeiros pesquisadores sobre a região, em especial, obras sobre a Vila de Iguaçú (1833). São estudos que apresentam as marcas das escritas de seus períodos de produção, com agentes oriundos de institutos históricos que impactam nas recentes produções sobre a região.

As primeiras obras realizadas sobre a Vila de Iguaçú sofrem, em certa medida, críticas entre os pesquisadores mais recentes, quanto a abordagem e o modo de escrita. As produções são mencionadas, frequentemente, como “fontes” e registros apaixonados sobre o território. Contudo, na prática, se observa que as primeiras obras sobre a região deixaram marcas nas produções recentes, utilizadas com recorrência, ou seja, são mais que referências bibliográficas, são influências historiográficas para os estudos recentes.

A pesquisa atual² considera o papel dos institutos históricos municipais para a perpetuação entre o “velho” e “novo”, herança da referência do IHGB, somado com a consolidação profissional da produção histórica, especialmente, com a criação dos

¹ A Baixada Fluminense pode ser definida como um conjunto de municípios localizados na região metropolitana da atual cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a classificação da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçú, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri.

² Pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, sob o título: “*Instituto Histórico de Duque de Caxias: um projeto de escrita da cidade (1973-2002)*”, realizado por Eliana Laurentino no PPGHS/ UERJ- FFP, com orientação do Prof. Dr. Rui Fernandes.

Programas de Pós-Graduação, na década de 1970. De acordo com Manoel Salgado Guimarães (1988), o IHGB foi construído como uma instituição cultural nos moldes de uma academia, mas com propósito de criar a nacionalidade brasileira, uma marca da historiografia do século XIX. Conforme suas palavras:

Curiosa permanência a se observar ao longo da história brasileira essa tentativa de integrar o “velho” e “novo”, de forma que as rupturas sejam evitadas. Herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista, e vivenciado como tal pelos seus membros, o instituto propõe-se levar a cabo os projetos dos novos tempos (...) (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Nesse sentido, a relação entre o instituto, os intelectuais e a escrita da história da cidade, proporciona uma leitura das continuidades e descontinuidades que contribuem para a integração do “velho” e do “novo” na historiografia brasileira. Os institutos locais possibilitam, ainda, identificar as relações entre o saber o poder e as mudanças e permanências na escrita da história. No caso do IHDC, criado em 1971, percebe-se um forte investimento para o registro histórico da região, através do encontro geracional dos agentes. As produções sofreram influências de dois marcos de institucionalização da escrita da história no Brasil: a própria criação do IHGB (1838) e o processo de profissionalização do campo com a criação das universidades na década de 1930.

- As relações entre as escritas sobre Iguazu e Duque de Caxias

Com a consolidação profissional da produção histórica, especialmente, com a criação dos Programas de Pós-Graduação, na década de 1970, novas diretrizes foram aplicadas aos estudos regionais, e, paralelamente, as universidades se afastaram das produções locais. (FERNANDES, 2009). Rui Aniceto Fernandes (2009), em sua tese *“Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950”* analisou os projetos políticos e os usos do passado, através da historiografia fluminense do período amaralista. No que tange às pesquisas sobre as produções realizadas fora dos circuitos acadêmicos, Fernandes diz que muitos trabalhos foram ignorados, por conter um perfil “memorialista”. Isso ocorreu, especialmente, em um momento que se desejava afirmar o

lugar da disciplina histórica no âmbito do espaço universitário, em um contexto de consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, na década de 1970.

Contudo, apesar das produções terem sofrido severas críticas, por muitos, consideradas apenas registros “amadores” sobre o território, muitas dessas obras são parte dos projetos fluminenses, na qual, a história regional foi instrumentalizada (FERNANDES, 2009). No caso da Baixada Fluminense, além da participação das obras para atender os projetos do contexto, essas obras permanecem com uso recorrente entre os pesquisadores atuais, com reconhecimento dos dados pesquisados. A própria manutenção de registros sobre os primeiros habitantes e suas transformações sinalizam um processo de recepção e transmissão das produções.

Uma obra recorrentemente mencionada é “*Memória da Fundação de Iguassú*” de Matoso Maia Forte. A publicação do livro Matoso Maia Forte foi realizada em 1933, sob encomenda do prefeito do Município de Nova Iguaçu, Sebastião Arruda Negreiro. Forte era membro do IHGB, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Fluminense de Letras e da Associação Brasileira de Imprensa. O livro fez parte das comemorações do “centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833” e o autor apresentou informações que justificassem a criação e as transformações do espaço³.

Forte também participou do concurso de monografias sobre o estado, durante o centenário da independência em 1922, com o livro “*O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*”, e apesar de ganhar, a obra não foi publicada. Contudo, no contexto da Reforma da Instrução, em 1928, o autor realizou a publicação e uma segunda edição em 1944, por iniciativa de Rubens Falcão, então diretor do Departamento de Educação do Estado. A obra sofreu uma revisão e ampliação, com incorporação de dados e diálogo com a obra de Alberto Lamago, e informações referentes a administração estadual após 1928. O livro recebeu um destaque na capa para os objetivos centrais da produção: “*Formação política e territorial da província do estado - História política - Etnografia - Colonização - Papel desempenhado pela província e pelo estado na vida*

³O território é aqui entendido na perspectiva de “campo de forças”, e apesar da utilização de termos espaço, região e território como sinônimos, estamos cientes das particulares conceituais (BARROS, 2005).

econômica e social do país - Estadistas e parlamentares fluminenses no Império e na República”(FORTE, 1928 *Apud*, FERNANDES, 2009, p. 117).

Amália Dias (2014), em sua tese sobre os processos de escolarização no município de Nova Iguaçu, identificou como os projetos e as instituições escolares foram instrumentalizadas para os usos e as apropriações do território em um discurso progressista do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, ela diz que o livro de Forte (1933), realizado dentro das comemorações do centenário da Vila de Iguaçu, fez parte do projeto do estado do Rio de Janeiro para solidificar a imagem de uma “vocação agrícola” do território. No caso de Iguaçu, a citricultura foi apropriada nas narrativas sobre a região para identificar o potencial da agricultura do território.

Com uma abordagem otimista sobre o regime republicano, utilizando fontes do próprio IHGB e do Arquivo Público Nacional, Forte aborda a vocação agrícola através da registros que potencializaram a transição do regime político para valorizar o desenvolvimento da nova sede da vila. De acordo com suas palavras:

(...) não teve o arraial de Maxambomba muito mais rápido desenvolvimento até a proclamação da República. Mas, com o novo regime, foi elevado à categoria de vila e logo depois de cidade. (...) Teve então a localidade um impulso de progresso, uma vez que para ali se transferiram a Câmara Municipal, os cartórios judiciais, a coletoria, etc., e um movimento que, pelas suas condições de insalubridade, a vila extinta de Iguassú não permitia (FORTE, 1933, p. 90).

Ele confirma que as condições administrativas do novo regime favoreceram o saneamento local, possibilitando o povoamento e a instalação de “casas de negócios”. E com isso, foram promovidas muitas transformações na região, desde iluminação elétrica ao abastecimento de água potável, que para ele seriam “*feito pelo serviço federal que tem a seu cargo na capital da República*” (FORTE, 1933, p. 91).

A abordagem é político-administrativa, que solidifica as capacidades geográficas do território, os seus usos e seus impactos na região. Com isso, o autor recorre as fontes oficiais, em especial, relatórios das províncias, documentos do próprio IHGB e relatos dos viajantes, fortalecendo as bases de uma escrita com ênfase nas relações entre a história e a geografia.

O livro “*A mudança da Vila*” de Waldick Pereira (1970), também recorrentemente utilizado por diferentes estudiosos sobre a Baixada Fluminense, especialmente, para apresentar a construção das primeiras freguesias na região, se tornou outra referência para os agentes da região aos longos dos anos. Pereira é autor de outras produções como “*Café, cana e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*” (1977), entre outras, e esteve ligado a criação do Instituto Histórico de Nova Iguaçu (IHNI).

Waldick reconhecia que sua obra fez parte de uma trajetória e que era cercada de agentes que sempre fizeram das pesquisas de campo um caminho para escritas sobre o território. Nas palavras de dedicatória de Pereira (1970), ele diz: “*aos queridos companheiros de excursões que, comigo, há muito tempo têm percorrido todo o território iguaçuano, coletando subsídios que, agora, aproveito neste trabalho (...) A memória de todos que fizeram, com seu trabalho, o progresso de Nova Iguaçu.*”⁴ (PEREIRA, 1970, p. 7).

Seu trabalho estabeleceu diálogos tanto com a produção de Forte de 1933, quanto de seus contemporâneos, como a obra de Rui Afrânio de 1968. Matoso Maia Forte e Rui Afrânio foram membros de institutos históricos, Forte do IHGB e Afrânio do IHNI. As documentações e as referências bibliográficas de ambos são, majoritariamente, do IHGB e das produções realizadas pela revista da instituição.

A abordagem com ênfase nos aspectos geográficos para um desenvolvimento político e administrativo se perpetuou para o município de Duque de Caxias⁵. O primeiro município emancipado de Nova Iguaçu, em 1943, seguiu a cultura histórica da “Iguaçu mãe” e também se preocupou em institucionalizar os registros do passado, criando o Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHDC). Antes dessa “*consolidação institucional*” da escrita na cidade, uma obra foi relevante e repercutiu nas produções seguintes. Como parte da invenção da tradição do município, em seu 15o aniversário, em 1958, entre as ações de comemorações do “*aniversário de autonomia do município*”, foi publicado o

⁴ O uso de atividades como estudos de campo para visitar os caminhos e as referências patrimoniais também é recorrente entre os diferentes pesquisadores.

⁵ Atualmente, Duque de Caxias está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. A cidade é considerada a terceira mais populosa no ranking estadual do último censo (2010), com uma população de 855.048 habitantes. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking> Acessado em 22/07/2019.

livro de Lustosa: “*Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município-dados gerais*”. Lustosa escreveu livro nos “*minutos roubados à clínica e às demais atividades múltiplas de escritor, historiador e cientista*” (LUSTOSA, 1958, p. 274).

O livro de Lustosa contém 275 páginas e apresenta muito de topografia, levantamentos de bairros e registros de instituições locais. Com dados específicos dos estabelecimentos comerciais, escolas, centro culturais e empresas, respondendo a proposta do título: “*Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município - dados gerais*”. Essa produção não pode ser vista somente como “fonte” para pesquisas sobre a região, por conter uma narrativa que apresenta as marcas do antiquariado.⁶ É possível perceber que o livro faz parte do perfil das escritas do período e apresenta as marcas das demandas de uma cientificidade da disciplina.

A criação do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, em 1938, uma das principais instituições promotoras de estudos da história regional, reforça essa percepção. O funcionamento do órgão ficou sobre a responsabilidade estadual e a cargo da Secretaria de Aviação e Obras Públicas. Em 1946, a Secretaria criou o Departamento Estadual de Geografia (DEG), no qual Luiz de Souza foi nomeado diretor. O órgão valorizava a “*ciência geográfica*”, e nos anos de 1950, a geografia era considerada uma das ciências-chave para compreensão da realidade regional e nacional e para a regeneração socioeconômica (FERNANDES, 2009, p. 148).

A proposta do Diretório era realizar levantamentos e análises sobre as realidades locais, com estímulos às agências municipais para o fornecimento de dados. Luiz de Souza criou o Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, com foco em informações relacionadas a vida política, social e geográfica fluminense. O Diretório promoveu algumas estratégias para realização de produções sobre o conhecimento das localidades, como concursos de monografias e a publicação do Anuário, que nos artigos dedicados à

⁶ Arnaldo Momigliano em “as raízes clássicas da historiografia moderna” (2004), esclarece que “a história local, a genealogia, a cronologia, a mitografia, o estudo das leis antigas, as cerimônias, os nomes, etc., desenvolveram-se fora da tendência geral da historiografia”. (MOMIGLIANO, 2004, p. 94). Esses trabalhos seriam caracterizados, de modo geral, de forma negativa, pela falta de interesse pelos aspectos políticos. O que o Momigliano destaca é que esse esforço de uma distinção epistemológica entre história e outro tipo de pesquisa, de acordo com os moldes tucidideanos, não ficou esquecida e isso foi sentido ao longo do tempo. Essas características foram caracterizadas como estudos antiquários.

história fluminense abordavam as seguintes temáticas: toponímia, colonização, biografias e municipalidades. Nesse sentido, essas abordagens respondiam aos interesses do período e as leituras sobre a relação passado, presente e futuro, na qual a temática da colonização recebia determinada importância. Coube a Baixada Fluminense um lugar de destaque dentro dessa temática, pois era de interesse da administração estadual entender as experiências colonizadoras do território, e com isso identificar as falhas e os êxitos na região, uma vez que a *“Baixada Fluminense era um dos principais alvos de interesse da administração estadual. Desde princípios do século a região sofria intervenções federais e estaduais visando erradicar doenças e torná-la celeiro de abastecimento de gêneros agrícolas do Distrito Federal”* (FERNANDES, 2009, p. 152).

No livro de Lustosa o recorte temporal é definido em quatro séculos (1568- 1958), vinculando a história do município, no período da escrita, com *“a origem das antigas sesmarias”*, ele estabelece a relação entre presente e passado. E nesse sentido, a abordagem não é exemplar, mas com foco linear. Ele considerou que é necessário realizar *“um rápido retrospecto de todo movimento evolutivo”*, apresentando dados sobre as configurações para o estado do Rio de Janeiro, com base na obra de Alberto Lamego. Brevemente, Lustosa apontou informações sobre a constituição do município de Duque de Caxias, considerando os seguintes títulos: *“Iguassu era Vila”*, *“Nova Iguaçu”*, *“Distrito e Caxias”*, *“Duque de Caxias”*. Para tanto, indicou José Matoso Maia Forte como referência dos dados sobre a Vila de Iguaçu, com uma perspectiva linear, organizada em etapas da constituição do território, que vai da Vila de Iguaçu à Duque de Caxias. Isso sem ignorar as alterações nos *“Distritos”*, após a emancipação do município, bem como, as configurações e as novas divisões distritais, o que pode ser identificado no último tópico *“Distritos”* do segundo capítulo. Lustosa mencionou que *“pelo Ato da Disposição Constitucional Transitória, foi desanexado o Distrito de Meriti que passou a constituir um novo Município o de São João de Meriti”* (LUSTOSA, 1958, p. 23), e como foram se estabelecendo as divisões distritais.

À medida que o autor desenvolveu os capítulos seguintes e as etapas de construção do território ele sustentou seus argumentos com a obra de Mattoso Maia Forte, com referência aos registros de Monsenhor Pizarro e informações da Revista do Instituto

Histórico, com indicações de Tomo e folhas. Os registros sobre o município foram compostos por inúmeros detalhes sobre os aspectos físicos da região, os limites geográficos, as ruas, os rios, entre outros.

Com um recorte temporal específico, ele destacou: “*Feitas estas considerações, retornaremos aos meados do século XVI, para caracterizar minudências históricas, e revelar a evolução sócio religiosa*” (LUSTOSA, 1958, p. 24). Ao partir de uma leitura das construções religiosas na região, ele aponta as marcas colonizadoras, considerando as construções de templos e o desenvolvimento econômico, com balanços econômicos, nomes e volumes de produção no território. A abordagem é administrativa e política, partindo da presença católica para as organizações e controles coloniais, bem como do destaque dos agentes que realizaram interferências para garantir as transformações e os “avanços”. Parte dessas leituras se mantiveram nas obras seguintes sobre Duque de Caxias.

Uma das primeiras produções de agentes oriundos do Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHDC), com foco na história da cidade de Duque de Caxias, foi a obra de Dalva Lazaroni de Moraes “*Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*” (1978). Dalva Lazaroni é natural de Itaperuna, RJ, dirigiu a Biblioteca José do Patrocínio, que funciona dentro da Câmara Municipal de Duque de Caxias, e ficou no cargo por um período de 18 anos. Formada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, Letras pela FEUDUC e Direito pela SUAM, também é uma das fundadoras do Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias. Em 2001 era presidente da Casa França Brasil e realizou uma parceria com o Governo do estado para a exposição “Devoção e esquecimento – presença do Barroco na Baixada Fluminense (ENNE, 2002, pp. 180, 181). Com forte atuação política na cidade, Lazaroni fica na direção do IHDC até 1986 e segue em cargos públicos e com as escritas sobre a cidade⁷.

⁷ Apesar da criação do IHDC em 1971, a inauguração do espaço ocorreu em 1973 e na década de 1980 recebeu a nomenclatura de Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Sua organização difere dos moldes administrativo, comuns aos demais institutos, que a exemplo do IHGB possui eleições de seus membros, e se organiza considerando categorias, como: Eméritos, Titulares, Honorários, entre outros. No do IHDC não constam membros fixos ou transitórios. Desde de sua inauguração o espaço possui uma direção e funcionários técnicos, contratados pela própria câmara, vinculados às atividades de preservação e organização documental. (ALMEIDA, 2013, p.9).

O livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* (1978). está dividido em cinco capítulos, são eles: “A terra DuqueCaxiense”, “412 Anos de História” e o “Aspecto turístico do Município”, “Coletânea de termos indígenas na toponímia duquecaxiense”, “Coletânea de Leis do interesse do Município de Duque de Caxias”. A organização da obra de Lazaroni segue os moldes da produção realizada vinte anos antes por José Lustosa (1958), com caráter linear e com ênfase nos aspectos geográficos da região e das principais famílias que teriam atuado para a construção da cidade de Duque de Caxias. A autora inclui na sua produção dados estatísticos, limites geográficos da região, informações desde as freguesias até os anos 1950, e acrescenta dados dos termos indígenas e das leis do município.

A proposta do livro aparece nas primeiras páginas, com o prefácio de Renato Moreira Fonseca⁸, o coronel interventor federal na cidade, que salientou: “(...) *trata-se de um obra de grande alcance e grande repercussão e será, é inevitável, meio propício à instrução e fonte geradora de consulta, nos diversos setores da vida regional*” (MORAES, 1978, p.1 Grifo meu). Nesse sentido, a obra é realizada e publicada em outro contexto e com o suporte institucional (IHDC).

O livro de 1978 inicia com informações gerais, sobre relevo, migrações, comércio e estrutura econômica da “A Terra Duquecaxiense”, considerando como fonte dados da “*Assessoria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias*” para os dados sobre os bairros. E para o campo sobre a população do município, mesmo que sua criação seja datada de 1943, com a emancipação, a autora demarca um recorte temporal mais amplo para Duque de Caxias, desde 1910, indicando como fonte as informações do IBGE:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - no ano de 1910, registra nosso contingente populacional, estimado em 800 habitantes. Em 1920, um novo censo acusava 2.920 pessoas. No início da segunda metade do século - 1950 - éramos 123.432.

De acordo com o último censo - 1970 - é de 431.345 habitantes a nossa população (MORAES, 1978, p. 13).

⁸ O Coronel Renato Moreira da Fonseca foi o interventor militar em Duque de Caxias no período de 15/03/1975 a 24/04/1979.

Lazaroni ainda produz um gráfico com registro de crescimento populacional do Município de 1910 a 1970, e considera que: a “*estimativa feita em 1975 pelo IBGE. Mantendo o ritmo de crescimento atual, através de estudos feitos pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da PMDC e FUNDREM, a população atingirá novecentos mil habitantes em 1980*” (MORAES, 1978, p. 15, anexo 13A). Para a autora a população da região com 800 habitantes em 1910 teria atingido um crescimento significado em 1970, sendo essa uma realidade crescente da região. Para ela, isso é resultado da atuação de homens e mulheres que muito se empenharam para tal feito. A obra tem um volume de documentos transcritos como: “*a Relação das Sesmarias (1565-1796)- Transcrito Revista do Instituto Histórico - v. 63 (1900) p. I*” (MORAES, 1978, p.30); transcrições dos registros sobre as novas demarcações territoriais no Rio de Janeiro realizado por Monsenhor Pizarro, na obra Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Além de fontes transcritas, a autora insere mapas, destacando o valor da mapoteca do Itamaraty, pois de acordo com suas palavras seria “*fonte valiosa de pesquisa, na qual encontramos a carta geográfica do Rio de Janeiro datada de 1666, onde observamos, à direita do mapa, os rios ‘MIRITIH, SIMPUIY E -AGUALLU’ (Meriti, Sarapuí e Iguaçu)*” (MORAES, 1978, 33).

A autora não realizou diálogos profundos com outros autores e fez poucas referências, como a obra de Matoso Maia Forte. Ela também esclarece, em uma nota explicativa, que se baseou e adaptou informações da obra de J. Romão da Silva “*Denominações indígenas na toponímia carioca*” (1966) para compilar os termos indígenas. A abordagem da obra seguiu um padrão das primeiras produções sobre o território, ou seja, de valorização de determinados agentes e invisibilização de outros, silenciando muitas ações de resistência na cidade. As gerações seguintes de pesquisadores abordaram novos protagonismos e disputas no território, mas, muitos, mantiveram o registro sobre a formação das freguesias e/ou Vilas, ou seja, solidificam na base das pesquisas sobre a Baixada Fluminense o registro sobre o passado colonial, e seguem com os aspectos geográfico como “protagonistas” na história da região.

- Considerações finais

As primeiras escritas, específicas, sobre o município de Duque de Caxias permaneceram influenciadas pelas produções sobre a Vila de Iguaçu. No aspecto da abordagem, foram realizadas apropriações da obra de Mattoso Maia Forte e de Waldick Pereira, sem muita criticidade, destacando no passado agrícola da região as ações administrativas locais para o sucesso no território. Além disso, foram mantidas as influências do diálogo entre a história e geografia, tão recorrente na escrita da história do início do século XX, com destaque ao potencial dos aspectos físicos da geografia local para o crescimento e desenvolvimento do território.

Os trabalhos apresentam as marcas das escritas de seus períodos de produção, com agentes oriundos de institutos históricos, mas com forte influência do processo de profissionalização do campo. Essa fase de transição vivida pelos agentes marca os impactos nas recentes produções sobre a região, bem como as continuidades e descontinuidades historiográficas.

A obra de Dalva Lazaroni, vinculada ao IHDC, fortalece as continuidades das primeiras produções sobre o território, com destaque aos registros sobre a formação das freguesias e/ou Vilas. O recorte temporal, as fontes e os diálogos entre a geografia e história indicam caminhos de leituras sobre o papel da escrita da história regional a partir desse espaço de produção.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. Instituto Histórico: 40 anos de História. In Revista Pilares da História, In Revista Pilares da História. Edição especial, outubro de 2013. p 7-13.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. Revista de História Regional. Verão, 2005. p. 95-129.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Fernando Sánchez. La Cultura Histórica. Uma aproximación diferente a la memoria colectiva. In. *Passado y Memória. Revista de História Contemporânea*, 8, 2009, pp,267-286.

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processo de escolarização no Distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

ENNE, Ana Lucia Silva – *Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades*. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/MN/UFRJ.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Rio de Janeiro. 272f. Tese (Doutorado) em história. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. no 1, 1988, p. 5-27.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

REVEL, Jacques. *A microanálise e a construção do social*. IN ____ (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, d. FGV, 1998.

FONTES:

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C., 1933.

LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias. Desenvolvimento Histórico do município - dados gerais. Rio de Janeiro. Serv. Gráfica do IBGE, 1958.

MORAIS, Dalva Lazoni de. Esboço histórico geográfico do município de Duque de Caxias. Duque de Caxias, Arsráfica, 1978.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. Imagens Iguazuanas. Nova Iguaçu. Edição do Autor, 1960.

PEREIRA, Waldick. A mudança da Vila: história iguaçuana. Nova Iguaçu: IBGE, 1970.